

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA COMO AUXÍLIO NA MELHORIA DA GESTÃO  
FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS**

**Fabiane Karwowski**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayla Cristina Costa.**

**CURITIBA**

**2013**

**FABIANE KARWOWSKI**

**O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA COMO AUXÍLIO NA MELHORIA DA GESTÃO  
FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças, no Programa de Pós-Graduação Em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayla Cristina Costa.

**CURITIBA**

**2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela infinita bondade e por ter permitido que eu superasse os desafios propostos e tivesse fé em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, por sempre terem propiciado meus estudos, pelo exemplo de amor e sabedoria que tenho desde criança e por acreditarem no meu potencial e apoiarem sempre as minhas escolhas.

As minhas irmãs, Déa e Lu, por serem exemplos e motivos de orgulho constante. Porque sei que posso contar com elas em todos os momentos da minha vida. Por me estimularem a continuar e a ser forte todas as vezes que pensei em desistir. Pelo apoio, carinho, e amor.

Aos professores da Especialização, por compartilharem seus ensinamentos e sabedorias, sempre estimulando os alunos a avançarem nos conteúdos em busca de crescimento intelectual e profissional. Agradeço especialmente a professor Dr<sup>a</sup>. Mayla, por ter me aceito como orientanda, e pela boa condução realizada no desenvolvimento deste trabalho.

As amigas que construí durante a Especialização e que sei que me acompanharam por toda a vida. Especialmente a Flávia, a Josi e ao Geison. Por terem compartilhado comigo suas experiências, bagagens acadêmicas e me proporcionarem sábados agradáveis em suas companhias.

A todos que de maneira direta, ou indireta, contribuíram para minha formação profissional e acadêmica.

Enfim, a todos que amo, meu muitíssimo obrigada!

**"O Estado, em matéria de finanças,  
está em uma posição diferente de  
qualquer cidadão; ele é capaz de  
controlar o dinheiro, em vez de ser  
controlado por ele."**

*Lord Beneridge*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva avaliar a utilização dos dados disponibilizados no Portal da Transparência do Governo Federal como forma de auxiliar e melhorar a saúde financeira dos Estados Brasileiros. No Portal da Transparência são disponibilizadas informações sobre os recursos públicos federais que são transferidos aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Além de apresentar as receitas públicas estão disponíveis também os gastos realizados pelo próprio Governo. Por apresentar dados relacionados a aplicação financeira dos recursos, receitas e despesas públicas, o Portal da Transparência pode ser considerado uma ferramenta estratégica de tomada de decisões para elaboração de orçamentos públicos e fonte de informações. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo feito por análise documental e pesquisa bibliográfica por meio de uma análise quantitativa. Foram avaliados os dados publicados no Portal da Transparência quanto à transferência de recursos do Governo Federal aos 26 Estados do país e ao Distrito Federal considerando o período do ano de 2007 até o ano de 2012, de acordo com a área de aplicação desses recursos. Verificou-se, portanto, que o Portal da Transparência apresenta a característica de reportar as informações inerentes aos investimentos do Governo, porém, não propicia ao usuário do *site* a possibilidade de interagir com as informações, sendo considerado um meio de informação transparente, mas que depende de ações externas e de apoios legais para que a *Accountability* seja consolidada e não haja nulidade nas possíveis ações da sociedade a partir do Portal. Importante ressaltar a importância da Legislação que dá suporte a Transparência, levando a crer que, mesmo que de forma morosa, o interesse da sociedade tem crescido e em um período breve de tempo será possível conhecer, entender, fiscalizar e responsabilizar os destinos dados ao dinheiro público.

**Palavras-chave:** Portal da Transparência; *Accountability*; Administração Pública; Contabilidade Pública; Lei da Responsabilidade Fiscal.

## LISTA DE SIGLAS

<b>CEPIM</b>	CADASTRO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS
<b>CEIS</b>	CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS
<b>CGU</b>	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
<b>IFAC</b>	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE CONTADORES
<b>LRF</b>	LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL
<b>LDO</b>	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
<b>LOA</b>	LEI DE ORÇAMENTÁRIA ANUAL
<b>IPSAS</b>	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
<b>PPA</b>	PLANO PLURIANUAL
<b>SOF</b>	SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
<b>STN</b>	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
<b>TIC</b>	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
1.3	OBJETIVO GERAL.....	9
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.5	JUSTIFICATIVA.....	10
1.6	METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	10
<b>2</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>12</b>
2.1	ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU CENTRALIZADA.....	12
2.2	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA OU DESCENTRALIZADA.....	13
2.2.1	Entidades que compõem a administração indireta ou descentralizada.....	13
<b>3</b>	<b>PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>RECEITAS PÚBLICAS.....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>DESPESAS PÚBLICAS.....</b>	<b>18</b>
<b>6</b>	<b>CONTABILIDADE PÚBLICA.....</b>	<b>19</b>
<b>7</b>	<b>LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO.....</b>	<b>21</b>
7.1	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	22
7.2	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	23
7.3	PLANO PLURIANUAL.....	24
7.4	LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL.....	24

<b>8</b>	<b>TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....</b>	<b>27</b>
<b>9</b>	<b><i>ACCOUNTABILITY</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>10</b>	<b>PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....</b>	<b>32</b>
10.1	DADOS DO PORTAL.....	34
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>38</b>
	Anexo 1: Transparência no Governo dos Estados Brasileiros: Recursos recebidos por área do Governo Federal (2007-2012).....	39
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de contextualizar o trabalho será apresentado o contexto do estudo e do desenvolvimento do trabalho, a apresentação do problema de pesquisa, seu objetivo geral, os específicos e as justificativas que se aplicam ao estudo.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A administração pública é responsável pela aplicação dos recursos gerados e recolhidos da população. Ao invés do cidadão, na administração financeira pública o Estado é quem controla o dinheiro, ou seja, ele que determina como e onde serão feitas as aplicações dos recursos financeiros disponíveis.

As aplicações desses recursos financeiros acabam por se tornar despesas públicas ao serem aplicadas nas diversas áreas determinadas de acordo com os orçamentos anuais previstos em cada entidade governamental.

Por meio do decreto 5.482, de 30 de junho de 2005 a Controladoria-geral da União ficou incumbida de gerir o Portal da Transparência do Governo Federal <[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)> que tem por finalidade a divulgação de dados e informações inerentes aos processos orçamentários da administração pública brasileira, de forma a inibir a corrupção no Brasil e propiciar a correta aplicação do dinheiro público.

Por ser uma rica fonte de informações e apresentar dados relacionados a aplicação financeira dos recursos, receitas e despesas públicas, o Portal da Transparência pode ser considerado uma ferramenta estratégica, de tomada de decisões, e de relativa importância para a melhoria na elaboração de orçamentos públicos.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O setor público é o responsável pela gestão de toda arrecadação tributária dos cidadãos brasileiros.

Essa arrecadação, ao se tornar receita, é direcionada as diversas aplicações nos órgãos governamentais. Para isso, são utilizados orçamentos públicos que direcionam e liberam os recursos financeiros para determinada aplicação. A legislação brasileira prevê, portanto, o direcionamento dessas verbas afim de obter maior controle das receitas e despesas públicas.

Na Lei de Orçamento – Lei 4.320, de 17 de março de 1964 – foram instituídas normas necessárias para que fossem evidenciadas as políticas financeiras do Governo, por meio da discriminação de receitas e despesas.

A Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Outras Leis e Decretos foram elaborados e implantados nos últimos anos como forma de proporcionar ordem e estabelecer procedimentos padrões dentro das finanças públicas no Brasil.

Sendo assim, em novembro de 2004 a Controladoria-Geral da União lançou o Portal da Transparência do Governo Federal com o objetivo de assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, por meio da disponibilização dos gastos financeiros dos órgãos públicos.

Dessa forma, a questão de pesquisa do presente projeto de pesquisa é: como a utilização do portal da transparência pode auxiliar na melhor aplicação das receitas públicas e auxiliar a gestão desses recursos para que se tenha uma melhor administração financeira pública nas regiões do Brasil?

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Pode-se notar, com o passar dos anos, uma busca constante por parte do Governo Federal de aperfeiçoar o processo de planejamentos orçamentários.

Com legislação que ampara a elaboração de planos plurianuais, os orçamentos públicos e as diretrizes orçamentárias são ferramentas utilizadas para que sejam atingidos os objetivos do Governo em trabalhar de forma a compreender as despesas financeiras nas receitas arrecadas.

A criação do Portal da Transparência como meio de publicação dos gastos e investimentos públicos é uma importante ferramenta de análise, que pode auxiliar inclusive planejamentos financeiros e melhorar a gestão financeira pública.

Dessa forma, o objetivo geral do projeto se baliza em avaliar se a utilização do Portal da Transparência do Governo Federal auxilia na melhoria da saúde financeira dos estados brasileiros.

### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como forma de atingir o objetivo geral deste estudo são apresentados na sequência os objetivos específicos:

- Analisar a Legislação Brasileira vigente no que se refere as finanças públicas, como forma de apresentar respaldo legal nas práticas realizadas pelos órgãos públicos;
- Comparar dados referente aos recebimentos financeiros dos Estados Brasileiros publicados no Portal da Transparência;
- Valorizar a importância da participação pública na elaboração de projetos relacionados a destinação de verbas públicas; e por fim
- Decidir qual a real utilização do Portal da Transparência na gestão financeira dos Estados Brasileiros.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

Com o advento de várias tecnologias, e vivendo na Era da Informação tornou-se uma tendência disponibilizar informações e dados na Internet.

A publicação e divulgação das contas públicas se tornou necessária por uma série de exigências Legais e devem ser feitas de forma eletrônica, bem como por meio de disponibilização no respectivo poder legislativo e no órgão técnico que foi responsável pela elaboração.

No Portal da Transparência do Governo Federal são disponibilizadas informações sobre os recursos públicos federais que são transferidos aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Além de apresentar as receitas públicas estão disponíveis também os gastos realizados pelo próprio Governo.

Portanto, o presente trabalho apresentado justifica-se no que se refere a:

- Avaliar a utilidade do Portal da Transparência como fonte de informação e ferramenta para tomada de decisão em processos orçamentários;
- Verificar se houve melhoria na gestão financeira do Governos Estaduais pelo auxílio da transparência propiciada pelo Portal.
- Utilizar os inúmeros dados publicados como forma de propor e promover melhorias na gestão pública financeira.

## 1.6 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Nos procedimentos metodológicos para o projeto de pesquisa serão feitos comparativos dos dados publicados no Portal da Transparência do Governo Federal.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental será realizado um estudo quantitativo para a abordagem do problema, efetuando uma análise descritiva quanto aos objetivos em que serão comparados os dados publicados quanto à transferência de recursos do Governo Federal aos 26 Estados do país e o Distrito Federal. Essas transferências são desde o ano de 2007 até o ano de 2012, e serão também avaliados os gastos efetuados após os repasses de acordo com a área de aplicação.

A pesquisa bibliográfica buscou fundamentar teoricamente as questões inerentes a transparência pública no Governo Brasileiro, tendo a pesquisa sido direcionada para a área financeira em que se apresentam argumentos de diversos autores a respeito da Administração e Contabilidade Pública, Receitas e Despesas Públicas, a Legislação Brasileira no que se refere ao tema do Estudo, ao termo *Accountability*, e ao Portal da Transparência.

O estudo quantificou-se pela análise de dados extraídos do Portal da Transparência com o intuito de concluir sobre a utilização da ferramenta Portal da Transparência para auxiliar a melhoria da saúde financeira dos Estados do Brasil.

## 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entende-se por administração pública a ação de administrar e gerir os serviços públicos. Para Kohama (2011) não significa somente prestar um serviço, compreende também, além de executá-lo, geri-lo, dirigi-lo, governá-lo a ação de exercer a vontade pública com o objetivo de obter um resultado útil para a sociedade, ou seja, compete a administração pública gerenciar os bens e serviços de âmbito municipal, estadual e federal visando a atender a população nas diversas necessidades que apresenta.

Segundo Meirelles (1999), diferentemente da administração privada, onde pode ser feito tudo que não é proibido, na administração pública somente o que for permitido em lei poderá ser executado. Para que isso ocorra existe todo um amparo legal vigente, com normas e regras estabelecidas de forma a promover e garantir uma administração que atinja os preceitos e objetivos estipulados pela gestão pública, seguindo a Constituição Federal e demais leis que envolvem as ações do setor público.

Encontra-se ainda, dentro da Administração Pública, uma estruturação que compreende os campos de atuação para permitir maior controle e ação nessa administração que é usualmente dividida em Administração direta e Administração Indireta pelos autores.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU CENTRALIZADA

É a administração integrada à estrutura organizacional do Poder Executivo.  
É constituída

[...] dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, no âmbito federal e do Gabinete do Governo e Secretarias de Estado, No âmbito estadual, e na administração municipal, deve seguir estrutura semelhante.

[...] A administração direta ou centralizada, portanto, tem a estrutura de uma pirâmide, e no seu ponto mais alto encontra-se a Presidência – no âmbito federal – que do topo dirige todos os serviços.

(KOHAMA, 2011, p. 14,15)

## 2.2 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA OU DESCENTRALIZADA

A administração indireta ou descentralizada nada mais é que a atividade administrativa que é caracterizada como serviço ou interesse público.

Essa atividade, quando transferida do Estado para outra entidade, seja ela criada pelo Governo ou autorizada, passa a ser tratada como administração descentralizada.

Pode-se dizer que a Administração indireta possibilita aumentar a eficiência da gestão governamental, uma vez que a descentralização possibilita ações maiores com a mesma responsabilidade, porém, sendo executada por órgãos de confiança dos Governos que contam com recursos públicos para atender as necessidades da população. Alguns exemplos de entidades da Administração indireta serão apresentados a seguir.

### 2.2.1 Entidades que compõem a administração indireta ou descentralizada

Dentre as entidades que se caracterizam como de administração indireta pode-se citar:

- Autarquias: entes criados por lei, com patrimônio e receitas próprios, as autarquias apresentam gestão financeira e administrativa descentralizada, portanto, possuem determinada autonomia, possuindo apenas uma espécie de “tutela” governamental;

- Entidades paraestatais, que são compreendidas em:
  - Empresas públicas: também sendo criadas por lei são entes com patrimônio próprio e capital exclusivo da União. Tais órgãos objetivam explorar atividades econômicas que são convenientes aos objetivos de Estado.
  - Sociedades de economia mista: exercem atividades de interesse coletivo delegado pelo Estado.
  - Fundações: criadas por leis específicas e estruturadas por decretos as Fundações Públicas realizam atividades que não são típicas do governo. Elas se caracterizam por dotação específica de patrimônio e participação de recursos e despesas correntes privados o equivalente a, no mínimo, um terço do total.
  - Serviços sociais autônomos.

Kohama (2011) destaca que essas entidades paraestatais, por receberem recursos financeiros do Tesouro Público, devem prestar contas ao órgão competente da entidade estatal a que está ligada e também ao Tribunal de Contas.



### **3 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece que a administração pública, sendo ela direta ou indireta, deverá obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O princípio da legalidade estabelece que toda e qualquer ação na área pública deverá se balizar na lei e em tudo que for legalmente regulamentado. A impessoalidade refere-se ao fato de que não há um indivíduo por trás das ações do Governo, e sim que as ações são propriamente de uma entidade pública.

A moralidade busca a disciplina interna da administração. Em que todas as ações serão executadas de acordo com as normas morais do País.

A eficiência objetiva otimizar os meios, tentando sempre alcançar melhores resultados.

Por fim, vale ressaltar o princípio da publicidade que se refere a divulgação oficial de atos administrativos. Segundo Castro (2004) o Poder Público deve agir sempre com a maior transparência possível, permitindo assim que seja de conhecimento dos administrados o que está sendo feito no Governo. Esse princípio serve como um requisito de eficácia e moralidade, além de proporcionar conhecimento e controle da população em geral.

Portanto, pode-se observar que na Administração Pública há a busca contínua de satisfação dos interesses públicos por meio de serviços públicos prestados e a disponibilização de dados e informações que auxiliam as decisões dos gestores públicos, objetivando maximizar os recursos públicos e por fim, atender aos anseios da população civil.

## 4 RECEITAS PÚBLICAS

A receita pública pode ser compreendida como o ingresso e à arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de produzir acréscimos patrimoniais.

Kohama (apud QUINTANA, 2011, p.35) define a receita pública como sendo

o recolhimento feito aos cofres públicos, efetivados por meio de numerário ou outros bens representativos de valores, em que o ente público tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivam direitos a favor do Estado, mesmo sendo oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença, ou caso figure como depositário dos valores que lhe pertencem.

Receita pública é, segundo publicado pelo CGU no Manual de Gestão de Recursos Federais, o

Montante dos ingressos financeiros aos cofres públicos em decorrência da instituição e cobrança de tributos, taxas contribuições (receita derivada) e também das decorrentes da exploração do seu patrimônio (receita originária). Total em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado [...].

(MANUAL de Gestão de Recursos Federais, CGU, 2005)

Esse acúmulo de receitas serve para atender as necessidades de despesas públicas e também custear os gastos públicos do Governo de forma geral.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) define Receita como

um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação positiva da situação líquida patrimonial resultante do aumento de ativos ou da redução de passivos de uma entidade.

Por esse enfoque, a receita pode ser classificada em:

- Receitas Públicas – aquelas auferidas pelos entes públicos;
- Receitas Privadas – aquelas auferidas pelas entidades privadas.

(BRASIL, p. 14, 2007)

Para este estudo serão abordados os temas relacionados as Receitas Públicas, que ainda em estudo realizado pela STN, podem apresentar um conceito

orçamentário, em que as Receitas serão classificadas como todas as entradas disponíveis para cobrir as despesas públicas, qualquer que seja a esfera governamental.

A lei 4.320/64 classifica em seu artigo 11 a receita orçamentária em duas categorias econômicas, as Receitas Correntes, que com a intervenção da STN essa categoria passou a ser detalhada como Receitas Correntes Intra-orçamentárias, e as Receitas de Capital, que após a intervenção interministerial STN/SOF nº 608/2005 também passou a ser detalhada como Receitas de Capital Intra-orçamentárias.

Importante definir que as Receitas correntes são consideradas receitas efetivas, ou seja, são os recursos financeiros oriundos de atividades operacionais e que são aplicados em despesas correspondentes a essas atividades.

As receitas correntes intra-orçamentárias apresentam uma definição mais detalhada pela STN:

São receitas correntes de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

(BRASIL, p. 25, 2007)

Já as receitas de capital são assim denominadas pois

são derivados da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente, constituindo-se em meios para atingir a finalidade fundamental do órgão ou entidade, ou mesmo, atividades não operacionais visando ao estímulo às atividades operacionais do ente.

(BRASIL, p. 28, 2007)

Sendo assim, observa-se que qualquer que seja a definição de Receita Pública, seja ela contábil, orçamentária ou econômica, ela sempre atua como forma de cobrir as despesas públicas, que serão abordadas na sequência.

## **5 DESPESAS PÚBLICAS**

As despesas estão presentes em toda e qualquer empresa. No caso da empresa pública não é diferente.

Segundo Silva, (2011, p.247) as despesas de Estado “são todos os desembolsos efetuados no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.”

Lima e Castro (2011, p. 52) definem despesas públicas como “conjunto de dispêndios da entidade governamental para o funcionamento dos serviços públicos.” E explicam que as despesas públicas correspondem à distribuição e emprego das receitas para que sejam custeados e investidos nos diferentes setores governamentais.

Ou seja, pode-se notar que na contabilidade Pública a despesa é notada como ferramenta imprescindível aos órgãos públicos, pois fomentam os investimentos necessários para o funcionamento financeiro da entidade governamental.

Sendo assim, todo e qualquer recurso que ingressar aos cofres públicos e que serão utilizados para despesas públicas será considerado Receita Pública.

## 6 CONTABILIDADE PÚBLICA

As informações contábeis e fiscais são ferramentas de suma importância para a tomada de decisões de um gestor público. A Legislação Brasileira apresentou evoluções no que diz respeito a publicação de dados contábeis públicos, sendo que esses dados devem ser publicados na Internet, jornais de grande circulação e em diários oficiais para conhecimento de todos da sociedade.

A adoção das normas internacionais de Contabilidade, desde 2008, é considerado um momento histórico no Brasil. Através desse processo de convergência, que está sendo aplicado gradualmente, será possível obter informações padronizadas e com maior qualidade. Para essa modificação que vem ocorrendo o setor público tem seguido as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) que são editadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC)<sup>1</sup>.

A Secretaria do Tesouro Nacional e o Conselho Federal de Contabilidade tem atuado fortemente para aperfeiçoar cada vez mais as entidades públicas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que a partir do ano de 2015 os Estados e Municípios que não estiverem de acordo com a nova Contabilidade sofrerão sanções conforme versa o Art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II - Estados, até trinta e um de maio.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba

---

<sup>1</sup> IFAC é a sigla para *International Federation of Accounts* (Federação Internacional de Contadores). É uma organização mundial composta por 173 membros associados, incluindo o Brasil, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da economia internacional e é responsável pela edição das IPSAS. Fonte: <http://www.ifac.org/>

transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

(LEI de Responsabilidade Fiscal, 2000)

Toda essa adequação pela qual a Contabilidade passa se deve ao fato de resgatar o objetivo principal da Contabilidade pública, que é o Patrimônio Público<sup>2</sup>.

O Tesouro Nacional (2013) esclarece que “o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer informações de natureza tanto orçamentária quanto econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público.”

Por meio das modernização dos procedimentos contábeis as informações serão registradas de forma mais clara, possibilitando maior prestação de contas dos fatos contábeis públicos e auxiliando a tomada de decisão dos governantes.

Essa mudança na Contabilidade Pública, além de auxiliar o processo de tomada de decisões permitirá uma melhor gestão do dinheiro público, por meio dos registros e acompanhamentos das transações antes mesmo de serem apresentadas em forma de orçamento, e também na contínua melhoria no que se refere a prestação de contas, não somente aos órgãos competentes, mas também a cada cidadão que poderá avaliar e verificar onde e de que maneira está sendo aplicado o dinheiro público.

Todas essas mudanças encontram na Legislação Brasileira suporte e respaldo para que a convergência seja realizada de forma planejada, organizada e alcance os objetivos estabelecidos.

---

<sup>2</sup> Por patrimônio público entende-se o conjunto de bens e direitos que estão à disposição da sociedade.

## 7 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Atualmente a Constituição Federal Brasileira de 1988 define, em sua seção IX, artigo 70, como se dará a Fiscalização Contábil, financeira e orçamentária do país:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

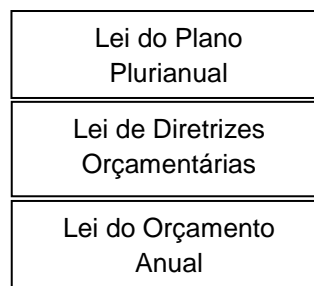
(BRASIL, Constituição Federal/1988)

O controle externo supracitado será exercido pelo Tribunal de Contas da União no auxílio ao Congresso nacional.

Dentro da Legislação do Brasil o processo orçamentário é também organizado e estabelecido pela Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual, sendo esses considerados instrumentos de planejamento governamental.

Sendo assim, a hierarquia do processo orçamentário é representada pela figura abaixo:

**Figura 1: Hierarquia do processo orçamentário público.**



Cada etapa do processo orçamentário acaba por se mostrar fundamental quando analisado em perspectiva. Nascimento e Debus (2012) definem muito bem o processo de planejamento feito pelo Governo, que nada mais é que a institucionalização da integração entre os processos de planejamento e orçamento, ao obrigar os municípios e estados brasileiro a elaborarem os três instrumentos básicos para esse fim. “O Plano Plurianual - PPA, destinado às ações de médio prazo [...]; o Orçamento Anual, para discriminar os gastos de um exercício financeiro; e, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para servir de elo de ligação entre aqueles dois instrumentos”.

Na sequência cada um desses instrumentos serão detalhados visto a importância que possuem dentro da Gestão Financeira Pública.

## 7.1 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo Silva (2011), compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e apresenta três objetivos fundamentais. A saber:

- Orientar a elaboração da lei orçamentária anual, bem como sua execução;
- Dispor sobre as alterações na legislação tributária;
- Estabelecer a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por ser elaborada anualmente deverá também compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, conforme apresenta o § 2º do Artigo 165 da CF/1988. Com o estabelecimento dessas diretrizes os Governos dispõem sobre os critérios estabelecidos no intuito de garantir um equilíbrio das Receitas e Despesas do Orçamento do Estado, e deve ser



encaminha à Assembleia Legislativa do Estado até meados de maio, para aprovação em sessão legislativa.

## 7.2 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é responsável por estimar os valores da Receita repassada, bem como fixar os valores de Despesas em determinado exercício. A LOA obedecerá à orientação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deverá abordar:

- O orçamento fiscal, que segundo o Tesouro Nacional refere-se ao “orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.”
- O orçamento de investimentos das empresas estatais em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- O orçamento de seguridade social que, também segundo o Tesouro Nacional, abrange todas as entidades, fundos e fundações de administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à Seguridade Social.

É pela LOA que o cidadão pode identificar para quais ações estão sendo destinados os recursos financeiros que o Governo recolhe sob forma de impostos. Da mesma forma que a LDO passa por aprovação, a LOA deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 30 de setembro de cada ano.

### 7.3 PLANO PLURIANUAL

O *site* do Portal da Transparência apresenta em seu glossário a seguinte definição para Plano Plurianual:

Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por cinco anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte.

(PORTAL da Transparência, <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>,

Acesso em: 23 abr 2013.)

Considerado um plano de médio prazo, geralmente com duração de quatro anos, o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento que normatiza o planejamento da administração pública, orientando as proposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais, pois é por meio do PPA que o Governo estipula quais os programas e ações serão executados durante os próximos quatro anos baseado nas respectivas metas orçamentárias.

Nascimento e Debus destacam que o PPA é considerado o mais importante documento no que tange ao planejamento de qualquer ente público, pois é por meio do PPA que são estabelecidas “as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, abrangendo um período de quatro anos.” (NASCIMENTO E DEBUS, p. 16, 2012)

### 7.4 LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, comumente conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

É por meio da LRF que são definidos os deveres e as responsabilidades que cabem ao administrador público dos Estados e Municípios em relação aos

orçamentos da União. Ou seja, a LRF introduziu restrições orçamentárias na Legislação Brasileira, pois ela limita gastos e proíbe a criação de despesas que tenham uma duração continuada sem que haja uma fonte segura de receitas para cobri-las.

Outro benefício da Lei da Responsabilidade Fiscal foi o fato de que, por meio dela, os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, tiveram uma disciplina fiscal a seguir, e isso pode ser notado em diversos pontos da LRF que enfatizam as ações planejadas e transparentes da administração pública.

Nascimento e Debus (2012) esclarecem que na Lei da Responsabilidade Fiscal os elementos preconizados são os mesmos já apontados na Constituição Federal. Ou seja, O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Tendo como objetivo principal o de estabelecer “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, Nascimento e Debus (2012) também explanam que por meio de planos previamente traçados e aprovados em Assembleia Legislativa consegue-se alcançar maiores níveis de equilíbrio nas contas públicas, é alcançada uma ação mais transparente e planejada, além de prevenir riscos e correções de desvios que poderiam eventualmente ocorrer.

Acerca do Equilíbrio das Contas Públicas a LRF apresenta uma abordagem diferenciada da que vinha sendo tratada na Legislação Brasileira por meio da Lei 4.320/3, sancionada em 1964. Pela Lei da Responsabilidade Fiscal busca-se um “equilíbrio auto-sustentável” sem que haja aumento na dívida pública, em que há de forma planejada o gasto de somente aquilo que se arrecada.

Por fim, Nascimento e Debus (2012) afirmam que

a LRF atribui à contabilidade pública novas funções no controle orçamentário e financeiro, garantindo-lhe um caráter mais gerencial. Com a LRF, as informações contábeis passarão a interessar não apenas à administração pública e aos seus gestores. A sociedade passa a tornar-se participante do processo de acompanhamento e fiscalização das contas públicas, mediante os instrumentos que a LRF incorpora para esta finalidade.

(NASCIMENTO E DEBUS, 2012, p. 12)

---

<sup>3</sup> Lei nº 4320/64 estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. A LRF não revoga a Lei 4320, porém a Constituição Federal deu a Lei 4320/64 o status de Lei Complementar.

Importante destacar a participação da sociedade na fiscalização e acompanhamento das contas públicas. Esse acompanhamento se deu a partir da LRF, sancionada em 2000, em que a transparência e o planejamento são postos como elementos principais no planejamento orçamentário e na Contabilidade Pública.

Xavier (2007) apresenta a LRF como a lei que

estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, e, nesse novo ambiente, a eficiência, a eficácia, a produtividade e a transparência constituem as metas a serem alcançadas pelas organizações públicas, forçando os gestores a se adequarem a essa nova realidade através de modelos de gestão que, além de atender à legislação, possam também, e principalmente, atender aos anseios informacionais dos cidadãos.

(XAVIER, 2007, p.17)

Pode-se observar, portanto, a transparência como instrumento fundamental e de extremo destaque e importância na Lei da Responsabilidade fiscal. Xavier (2007), também destaca que “A principal medida quanto à transparência de informações do setor público no Brasil refere-se à normatização dos dados de gastos públicos, prevista na Lei Complementar 101/2000 [...]”.

## 8 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O fácil acesso a informação é, sem dúvida, um fator determinante e imprescindível para que exista transparência nas entidades públicas.

A informação disponível e de fácil acesso leva a crer que as melhores escolhas estejam sendo feitas pelos governantes, ou seja, possibilita uma garantia, ainda que imensurável, de que a melhor escolha para a população esteja sendo tomada.

Crantschaninov destaca que

A principal medida quanto à transparência de informações do setor público no Brasil refere-se à normatização dos dados de gastos públicos, prevista na Lei Complementar 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas para finanças públicas nas diversas esferas do governo brasileiro (Crantschaninov *et al.* 2011, p. 80)

Pode-se notar, portanto, que a Transparência tem sido observada na administração pública em diversas legislações, apresentando uma evolução recente a respeito do tema, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 1. Evolução da abordagem do tema transparência na legislação brasileira recente. Brasil, 2010.**

<b>Legislação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Constituição Federal (1988)</b>	Todo ato administrativo deve ser publicado, salvo exceções expressas em lei.
<b>Lei 9.507/1997 (habeas data)</b>	Regula o acesso à informação de caráter público ou geral, caso seja requerida ao ente público e não disponibilizada no prazo previsto em lei.
<b>Lei 11.101/2005</b>	Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do artigo 5º. da Constituição Federal
<b>Lei Complementar 101/2000</b>	Indica medidas que visam dar transparência as contas públicas, entre outras
<b>Lei Complementar 131/2009</b>	Acrescenta à LRF o uso da internet para divulgação das contas públicas.

Fonte: CRANTSCHANINOV *et al.* (Rev Gestão & Pol Públicas, p.79, 2011)

Atualmente vive-se uma Era da Informação, que aliada as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a utilização da internet, possibilita a facilidade de acesso e a disponibilização de dados e informações com rapidez e eficiência.

Prado (2010), em seminário apresentado no 34º encontro anual da ANPOCS, afirma que

Há pelo menos duas razões para explicar o fato de o governo eletrônico e das possibilidades do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) terem se tornado temas de destaque na discussão das possibilidades da democracia no século XXI. A primeira está associada à emergência e acelerada difusão do uso de tecnologias interativas como um fenômeno de massas, particularmente relacionado com a expansão da Internet nas mais diversas instâncias cotidianas e por todas as classes sociais. A segunda razão se relaciona com a consolidação de modelos de modernização administrativa no setor público, no contexto da Reforma do Estado, baseada no uso intensivo das TICs. [...]

Dessa forma, os programas de governo eletrônico assumiram uma posição privilegiada para a promoção de processos mais abertos e transparentes de governança, com a disponibilização de informações por parte dos governos e dos diversos atores, assim como de mecanismos de participação e opinião dos governados nos processos políticos. [...]

(PRADO, p. 5 e 6. 2010).

É importante ressaltar a participação do cidadão no que tange a avaliar com acurácia as informações disponibilizadas e potencializar avanços na melhor disponibilização e aplicação dos recursos disponibilizados.

Dias (2008), citado por Crantschaninov (2011), argumenta que a transparência na administração pública diminui a separação entre a sociedade e o governo, e portanto, promove uma maior convergência entre as decisões de governo no que diz respeito às demandas sociais.

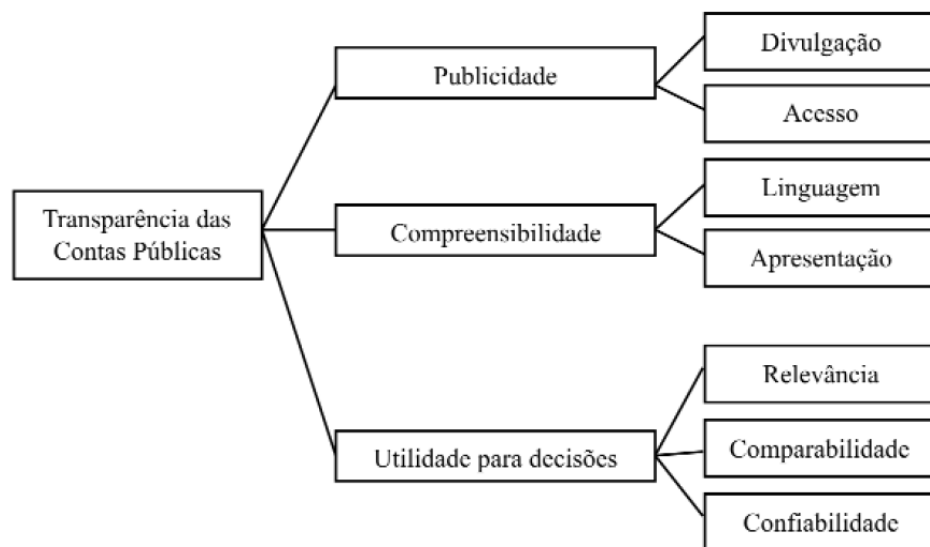
Akutsu e Pinho (2002) definem de maneira clara a relevância da transparência das ações governamentais ao concluírem que diante do crescimento e da evolução dos equipamentos de comunicação e de TI vem-se construindo ferramentas que disponibilizam “informações de diversas esferas do governo para a sociedade”. O acesso a essas informações 24 horas por dia tende a propiciar no Brasil uma democracia mais efetiva.

Contudo, percebe-se uma ruptura nesse processo de transparência no que tange a inclusão da sociedade nas decisões governamentais. Pois as decisões são feitas pelos governantes em uma lógica *top-down*, excluindo os cidadãos do

processo, onde esses terão conhecimento das ações somente após a realização das mesmas. Crantschaninov (2011), conclui em seu artigo que “além de disponibilizar a informação, tais canais de comunicação também devem ser vias de mão dupla, permitindo que a população se manifeste e atinja os representantes no conselho.”

Platt Neto et al. (2007) apresentam um fluxo com os elementos da transparência pública:

**Figura 2: Elementos da transparência das contas públicas.**



Fonte: PLATT NETO, et al. ((Rev Gestão & Pol Públicas, p. 85, 2007).

Os autores apresentam todos os elementos inerentes ao fluxo, sendo a publicidade caracterizada como a “ampla divulgação de informações à população, propiciando-se o acesso em múltiplos meios de baixo custo e domínio dos usuários.” Já a compreensibilidade se deve a busca de uma linguagem acessível, orientada aos usuários da informação e de simples entendimento. Por fim, fala-se da utilidade para decisões que se baliza na relevância, confiabilidade e veracidade do que se é divulgado.

Portanto, torna-se necessária a responsabilização de tais atos, e para isso, desde os anos noventa, estudiosos vem tratando do tema *Accountability*, que será abordado na sequência.

## 9 ACCOUNTABILITY

Com a transparência possibilitada pela publicação de dados do governo em portais na internet foi permitido que informações governamentais se tornassem públicas e ao dar transparência aos atos do governo, começou a ser estudado com maior interesse o conceito de *accountability*.

Para Prado (2011), ainda na década de 1990, surgiram no Brasil discussões da reforma do Estado que abordavam a questão da *accountability* nos processos governamentais, e que naturalmente foram associados a transparência e responsabilização dada a publicação em vias eletrônicas com baixo custo e amplo alcance proporcionado pelo governo eletrônico.

Sendo *accountability* um termo se uma tradução direta, os autores apresentam definições diversas, ainda que coerentes, tendo, portanto, a mais recorrente traduzida como “responsabilização”.

Graciliano *et al.* (2010), apresenta o termo como

a responsabilização permanente dos gestores públicos em termos da avaliação da conformidade/legalidade, bem como da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos atos praticados em decorrência do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade.

[...] Para Paul (1991, p. 2), *accountability* pública se refere ao conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados em garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos.

A busca pela responsabilidade dos gestores públicos cresce com a ideia de que eles deverão não somente ser éticos como também eficientes e eficazes nas suas funções.

Portanto, pode-se notar que a *accountability* na administração pública deixou de ser considerada uma característica e passou a ser considerada um processo que busca avaliar e responsabilizar os gestores públicos de acordo com as responsabilidades inerentes as funções exercidas. Ou seja, por meio da



*accountability* os entes governamentais devem ser explícitos quanto as políticas e aos objetivos adotados, bem como também devem demonstrar como os recursos públicos foram empregados no cumprimento de resultados que foram ou não planejados.

Ainda em seu artigo Graciliano *et al.* (2010) traz o termo “definido no âmbito público como o direito de cada cidadão a conhecer o desempenho de seus governantes, adicionado à ‘obrigação’ destes de realizar prestações de contas sobre as suas ações.” Os autores ainda apresentam a *accountability* vertical, que trata da interação entre governantes e cidadãos, que requer a necessidade de liberdade de opinião e de imprensa, pois por meio desses mecanismos é possível identificar e atos errôneos da administração pública que podem ser levados em consideração pelo cidadão nas eleições futuras. O’donnell (1998, p.27) citado por Graciliano et al. (2010, p. 47), argumenta que a *accountability* horizontal implica na existência de “agências e instituições estatais possuidoras de poder legal e de fato para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina até sanções legais contra atos delituosos de seus congêneres do Estado”, como é o caso de órgãos de fiscalização e regulamentação de instituições públicas, como o TCU e os TCEs, que atuam em suas esferas de operação.

Campos (1990, p. 35 apud Akutsu e Pinho, 2002, p. 731) aponta como essencial a participação dos cidadãos, na *accountability*:

“Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor. Assim, o alto grau de preocupação com *accountability* na democracia norteamericana e a virtual ausência desse conceito no Brasil estão relacionados ao elo entre *accountability* e cidadania organizada; explica-se pela diferença no estágio de desenvolvimento político dos dois países”.

Nesse processo de *accountability* surge por fim a necessidade de controle e fiscalização das esferas do governo, em que os governantes não devem ver essa responsabilização como um simples acerto de contas, mas também como uma possibilidade da sociedade responder ao que é feito e poder buscar alternativas de coagir ações que não condizem com a postura ética e apropriada esperada dos nossos representantes.

## 10 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A definição de Portal apresentada por Akutsu e Pinho (2002) é a de que

um portal é uma página na Internet a partir do qual todos os serviços e informações da entidade podem ser acessados. É também um “cartão de visitas”, um “palanque eletrônico”, que permite divulgar ideias 24 horas por dia, todos os dias da semana; é ainda um canal de comunicação entre governos e cidadãos que possibilita a estes exercer a cidadania e aperfeiçoar a democracia.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como referência em matéria de divulgação espontânea de informações governamentais à sociedade, especialmente no que diz respeito à aplicação dos recursos orçamentários. Essa divulgação espontânea recebe o nome de transparência ativa. Dentre os principais meios para essa divulgação pode-se citar o Portal da Transparência do Governo Federal.

Lançado em novembro de 2004, pela Controladoria Geral da União, o Portal visa a assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. Objetiva aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar os investimentos de órgãos públicos.

Quintana (2011, p. 141) apresenta o Portal da Transparência como um “marco para a melhor relação Estado/sociedade e fundamental para o aumento da transparência dos atos governamentais, estimulando assim o controle social e o aumento da cidadania.”

O portal da Transparência, além de disponibilizar *links* para a prestação de contas, possibilita consultas sobre a transferência de recursos, **receitas**, **despesas** e **convênios**. Além disso, é possível realizar consultas ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas** (CEIS), que relaciona as empresas e pessoas físicas que sofreram sanções por órgãos e entidades da administração pública, e

também ao **Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas** (CEPIM) que são entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar convênios com a administração pública federal. No Portal também é possível consultar informações sobre cargo, função, situação funcional e remuneração dos **servidores** civis e militares, bem como dos agentes públicos do Poder Executivo Federal.

Apresenta um **glossário** com os termos mais recorrentes no *site* que pode ser de grande auxílio ao usuário que não tenha familiaridade com as nomenclaturas dos Portal. Há também uma seção com **perguntas frequentes**, um **manual de navegação** do *site*, uma relação de **links** relacionados a Administração Pública e que apresentam alguma informação complementar ao Portal e um canal de comunicação denominado **Fale Conosco** que apresenta conteúdos que esclarecem o funcionamento e o conteúdo do Portal da Transparência, bem como orienta para a página da CGU em caso de denúncias.

Araújo (2011), afirma que apesar de o Brasil oferecer diversos dados governamentais publicamente é necessário que sejam

elaborados catálogos ou portais para servir como um ponto único de acesso a dados públicos. São necessárias também mais iniciativas no sentido de extrair os dados já disponíveis e torná-los abertos e reutilizáveis, além da realização de novas aplicações com base nesses dados. Assim, a transparência do governo brasileiro seria aumentada, trazendo impactos sócio-econômicos positivos e melhorando os índices do país em pesquisas que dizem respeito à qualidade do Governo Eletrônico.

(ARAÚJO, p. 12, 2011)

A prática da cidadania destaca-se portanto como ferramenta essencial de análise das publicações no Portal da Transparência, e isso é notado no Portal, que apresenta em um menu lateral o *link* **Aprenda Mais** que relaciona outras páginas que prestam esclarecimentos acerca dos Programas de Governo e Métodos de Fiscalização de tais programas.

## 10.1 DADOS DO PORTAL

Prado (2010) afirma que por prestar contas do governo o Portal da Transparência se aproxima de uma espécie de governo eletrônico ampliado. E conclui que

Evidentemente, a criação do Portal melhorou a disponibilização de informações, mas não é possível afirmar que sua existência tenha tornado o governo mais transparente, porque, em última instância, a responsabilidade pela divulgação de informações é atribuição de cada órgão, cabendo ao Portal apenas centralizar o acesso às informações.

(PRADO, p. 22, 2010)

Os dados divulgados no Portal da Transparência são de responsabilidade dos ministérios e outros órgãos do Poder Executivo Federal, por serem eles os executores dos programas de governo e os responsáveis pela gestão das ações governamentais. A Controladoria-Geral da União (CGU), por sua vez, reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação desses recursos federais no Portal da Transparência.

Por meio desses dados é possível a qualquer cidadão acompanhar as receitas e despesas públicas, avaliar a aplicação dos recursos financeiros e participar de forma mais presente dos eventos que envolvem os recursos captados pelo Governo Federal de forma a fiscalizar sua boa aplicação.

Nos anexos deste estudo encontram-se os dados referentes a Transparência no Governo dos Estados Brasileiros – Recursos recebidos por área do Governo Federal desde 2007 até 2012. Foram relacionadas as informações presentes no Portal da Transparência dos 26 Estados (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins) e também do Distrito Federal.

Nota-se a grande concentração de recursos na área denominada **Encargos Especiais**. A definição da área pode ser encontrada no próprio Portal da Transparência, que apresenta a definição do CGU em seu glossário:

Conforme o Manual Técnico de Orçamento - MTO, a função Encargos Especiais engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

(PORTAL da Transparência, <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>,

Acesso em: 23 jul 2013.)

Em maioria maciça esses Encargos representam grande percentual dos recursos disponibilizados. Com exceção do Estado de São Paulo e do Distrito Federal todos os demais Estados demonstram os recursos alocados principalmente nessa área. Por se trata de uma função generalista é impossível não perceber um viés na Transparência, pois como dito anteriormente, para que seja alcançada a transparência deve-se ter, além da publicidade dos dados, a compreensibilidade deles, pois somente assim será possível ter certeza de que os recursos públicos vem sendo aplicados com sabedoria e idoneidade.

Outra análise que pode ser feita é no que diz respeito aos totais de recursos por área de cada Estado, a cada ano. Na maioria dos Estados, com o passar dos anos o volume de recursos aumentou gradativamente. Isso não necessariamente quer dizer que houve maior repasse de verbas, mas pode significar que a responsabilidade em justificar e publicar a aplicação desses recursos tem aumentado, tornando o cenário da transparência cada vez mais otimista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública brasileira tem passado por um momento único, em que se busca cada vez mais a transparência nas ações e decisões dos administradores públicos.

Avanços tecnológicos tem auxiliado na tarefa de divulgar dados relacionados as finanças públicas de forma rápida, acessível e, sempre que possível, compreensível ao cidadão. O Portal da Transparência apresenta essas características. Com o intuito de disponibilizar informações sobre a aplicação de recursos públicos nas diversas áreas da sociedade pode-se dizer que em um futuro breve o Brasil contará com uma administração pública mais transparente e confiável.

São muitos os avanços necessários para que sejam atingidos os níveis de transparência em contas públicas que países como os Estados Unidos apresentam. Trata-se inclusive de uma questão cultural em que o brasileiro ainda não despertou o interesse em buscar saber em que é aplicado o dinheiro público. O senso crítico referente a aplicação desses recursos torna-se necessário para que o cidadão se permita fiscalizar as finanças públicas. Afinal, o que é o Portal da Transparência se não uma ferramenta à disposição da população?

É indiscutível que o Portal apresentou avanços nos últimos anos. Porém, é notável que, como todo processo em implantação, a transparência ainda apresenta algumas falhas. O Portal da Transparência é atualizado diariamente, desde o ano de 2010, com informações sobre os gastos públicos, porém, são poucos os dados que se tornam relevantes e despertam o interesse da população. No caso das finanças públicas nota-se que as informações são disponibilizadas como forma de consulta, mas não há preocupação, ou registro, de utilização desses dados para planejamentos orçamentários ou aplicações financeiras. Muitos dos avanços apresentados no Portal da Transparência se deve a Legislação de Finanças Públicas que apresenta uma determinada racionalidade nas publicações referentes as receitas e despesas públicas.

Portanto, com os estudos realizados foi possível concluir que o Portal da Transparência tem conseguido, pelos dados nele publicado, informar aos cidadãos

brasileiros em que são aplicados os recursos financeiros, porém, atua como um simples meio de reportar dados. Não há, ao menos por enquanto, a preocupação de tornar clara a informação para qualquer pessoa que acesse o Portal e queira se inteirar um pouco mais sobre as finanças públicas.

Há entretanto, um cenário positivo marcado pela Lei da Responsabilidade Fiscal, que juntamente com a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual formam uma tríade poderosa no que diz respeito a responsabilidade com o dinheiro público. O Portal nesse caso é relevante pois publica o que está determinado na legislação. A *accountability* também se destaca nesse mesmo âmbito, em que ao fiscalizar o que vem sendo feito com o dinheiro público, averiguar a legalidade das aplicações pode o governante ser responsabilizado pelos cidadãos ou pelos órgãos competentes pelas ações tomadas.

O Portal da Transparência, portanto, não consegue, por si só, auxiliar a gestão financeira dos Estados Brasileiros. Entretanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Orçamentária e o Plano Plurianual são dispositivos legais que tem conseguido oferecer a gestão pública uma maior conscientização sobre o dinheiro público. Portanto, é possível que muito em breve tenhamos uma gestão pública mais transparente, clara, ética, eficiente e eficaz, em que o cidadão poderá discutir, fiscalizar e avaliar a aplicação de recursos financeiros pois terá cada vez mais acesso as aplicações dele. O Portal da Transparência iniciou e pôs em voga a transparência pública. Espera-se que em breve seja possível contar com novos portais buscando sempre avançar junto ao que for melhor para o desenvolvimento do país.

## **ANEXOS**



**Anexo 1: Transparência no Governo dos Estados Brasileiros: Recursos recebidos por área do Governo Federal (2007-2012).**

Recursos recebidos por Área	▼ Acumulado no Ano (R\$)	ESTADO	ANO
TODAS	3.163.250.509,12	PR	2007
Encargos Especiais	1.953.411.930,59	PR	2007
Outros	1.209.838.578,53	PR	2007
TODAS	3.615.241.913,55	PR	2008
Encargos Especiais	2.305.959.194,10	PR	2008
Outros	1.309.282.719,45	PR	2008
TODAS	3.602.031.719,65	PR	2009
Encargos Especiais	2.325.528.846,34	PR	2009
Outros	1.276.502.873,31	PR	2009
TODAS	3.755.131.843,10	PR	2010
Encargos Especiais	2.524.833.258,31	PR	2010
Outros	1.230.298.584,79	PR	2010
TODAS	4.036.235.468,08	PR	2011
Encargos Especiais	2.954.495.315,22	PR	2011
Outros	1.081.740.152,86	PR	2011
TODAS	3.805.349.441,93	PR	2012
Encargos Especiais	2.953.935.875,35	PR	2012
Outros	851.413.566,58	PR	2012
TODAS	1.601.094.023,65	SC	2007
Encargos Especiais	1.006.782.563,64	SC	2007
Outros	594.311.460,01	SC	2007
TODAS	2.030.184.396,73	SC	2008
Encargos Especiais	1.155.899.678,52	SC	2008
Outros	874.284.718,21	SC	2008
TODAS	2.186.644.646,10	SC	2009
Encargos Especiais	1.163.467.014,96	SC	2009
Outros	1.023.177.631,14	SC	2009
TODAS	2.083.003.803,53	SC	2010
Encargos Especiais	1.273.298.117,25	SC	2010
Outros	809.705.686,28	SC	2010
TODAS	2.154.865.191,79	SC	2011
Encargos Especiais	1.488.667.813,48	SC	2011
Outros	666.197.378,31	SC	2011
TODAS	1.984.190.862,98	SC	2012
Encargos Especiais	1.442.925.829,15	SC	2012
Outros	541.265.033,83	SC	2012
TODAS	3.062.579.726,59	RS	2007
Encargos Especiais	1.788.917.422,10	RS	2007
Outros	1.273.662.304,49	RS	2007

TODAS	3.538.071.405,66	RS	2008
Encargos Especiais	2.147.694.087,50	RS	2008
Outros	1.390.377.318,16	RS	2008
TODAS	3.545.692.450,17	RS	2009
Encargos Especiais	2.186.821.426,02	RS	2009
Outros	1.358.871.024,15	RS	2009
TODAS	3.682.885.244,37	RS	2010
Encargos Especiais	2.403.965.205,70	RS	2010
Outros	1.278.920.038,67	RS	2010
TODAS	4.091.671.840,09	RS	2011
Encargos Especiais	3.068.775.526,72	RS	2011
Saúde	1.022.896.313,37	RS	2011
TODAS	3.469.063.638,35	RS	2012
Encargos Especiais	2.652.340.801,50	RS	2012
Outros	816.722.836,85	RS	2012
TODAS	7.229.536.992,91	SP	2007
Encargos Especiais	2.383.488.175,89	SP	2007
Outros	4.846.048.817,02	SP	2007
TODAS	8.759.386.802,25	SP	2008
Encargos Especiais	2.887.564.109,32	SP	2008
Outros	5.871.822.692,93	SP	2008
TODAS	9.290.476.910,03	SP	2009
Encargos Especiais	3.784.700.038,34	SP	2009
Outros	5.505.776.871,69	SP	2009
TODAS	9.210.085.311,85	SP	2011
Encargos Especiais	4.984.827.805,00	SP	2011
Outros	4.225.257.506,85	SP	2011
TODAS	9.564.913.692,42	SP	2010
Encargos Especiais	4.422.903.882,44	SP	2010
Outros	5.142.009.809,98	SP	2010
TODAS	7.556.587.685,57	SP	2012
Encargos Especiais	4.890.904.843,82	SP	2012
Outros	2.665.682.841,75	SP	2012
TODAS	6.571.413.539,06	RJ	2007
Encargos Especiais	5.532.171.722,69	RJ	2007
Outros	1.039.241.816,37	RJ	2007
TODAS	9.676.527.592,52	RJ	2008
Encargos Especiais	8.223.940.644,73	RJ	2008
Outros	1.452.586.947,79	RJ	2008
TODAS	8.144.485.485,21	RJ	2009
Encargos Especiais	6.474.784.456,12	RJ	2009
Outros	1.669.701.029,09	RJ	2009
TODAS	10.025.385.661,99	RJ	2010
Encargos Especiais	8.217.918.118,27	RJ	2010
Outros	1.807.467.543,72	RJ	2010
TODAS	10.735.755.723,18	RJ	2011

Encargos Especiais	9.189.391.750,44	RJ	2011
Outros	1.546.363.972,74	RJ	2011
TODAS	11.279.229.943,17	RJ	2012
Encargos Especiais	10.479.347.777,17	RJ	2012
Outros	799.882.166,00	RJ	2012
TODAS	1.629.561.814,18	AC	2007
Encargos Especiais	1.273.978.309,23	AC	2007
Outros	355.583.504,95	AC	2007
TODAS	2.012.653.176,13	AC	2008
Encargos Especiais	1.553.274.061,08	AC	2008
Outros	459.379.115,05	AC	2008
TODAS	2.164.033.205,55	AC	2009
Encargos Especiais	1.507.806.873,84	AC	2009
Outros	656.226.331,71	AC	2009
TODAS	2.202.244.844,39	AC	2010
Encargos Especiais	1.600.158.996,03	AC	2010
Outros	602.085.848,36	AC	2010
TODAS	2.360.043.115,58	AC	2011
Encargos Especiais	1.977.953.308,48	AC	2011
Outros	382.089.807,10	AC	2011
TODAS	2.282.723.562,99	AC	2012
Encargos Especiais	2.031.962.102,46	AC	2012
Outros	250.761.460,53	AC	2012
TODAS	1.898.471.048,47	AL	2007
Encargos Especiais	1.608.291.169,39	AL	2007
Outros	290.179.879,08	AL	2007
TODAS	2.247.419.029,27	AL	2008
Encargos Especiais	1.917.284.468,62	AL	2008
Outros	330.134.560,65	AL	2008
TODAS	2.303.261.476,06	AL	2009
Encargos Especiais	1.868.536.565,12	AL	2009
Outros	434.724.910,94	AL	2009
TODAS	2.945.016.333,64	AL	2010
Encargos Especiais	1.984.156.366,94	AL	2010
Outros	960.859.966,70	AL	2010
TODAS	2.919.554.460,74	AL	2011
Encargos Especiais	2.467.211.664,41	AL	2011
Outros	452.342.796,33	AL	2011
TODAS	3.143.492.428,06	AL	2012
Encargos Especiais	2.553.430.059,33	AL	2012
Outros	590.062.368,73	AL	2012
TODAS	1.445.901.712,22	AP	2007
Encargos Especiais	1.309.058.482,73	AP	2007
Outros	136.843.229,49	AP	2007
TODAS	1.793.795.784,88	AP	2008
Encargos Especiais	1.581.865.797,43	AP	2008

Outros	211.929.987,45	AP	2008
TODAS	1.659.115.814,36	AP	2009
Encargos Especiais	1.525.070.813,04	AP	2009
Outros	134.045.001,32	AP	2009
TODAS	1.784.071.237,74	AP	2010
Encargos Especiais	1.622.184.315,55	AP	2010
Outros	161.886.922,19	AP	2010
TODAS	2.186.243.934,08	AP	2011
Encargos Especiais	2.002.317.600,03	AP	2011
Outros	183.926.334,05	AP	2011
TODAS	2.189.929.590,03	AP	2012
Encargos Especiais	2.064.309.748,78	AP	2012
Outros	125.619.841,25	AP	2012
TODAS	1.833.490.536,25	AM	2007
Encargos Especiais	1.311.773.992,29	AM	2007
Outros	521.716.543,96	AM	2007
TODAS	2.107.103.856,60	AM	2008
Encargos Especiais	1.549.878.451,30	AM	2008
Outros	557.225.405,30	AM	2008
TODAS	2.219.525.876,44	AM	2009
Encargos Especiais	1.510.094.613,68	AM	2009
Outros	709.431.262,76	AM	2009
TODAS	2.378.851.079,27	AM	2010
Encargos Especiais	1.654.065.946,45	AM	2010
Outros	724.785.132,82	AM	2010
TODAS	2.697.862.230,97	AM	2011
Encargos Especiais	2.056.216.777,07	AM	2011
Outros	641.645.453,90	AM	2011
TODAS	2.694.389.614,65	AM	2012
Encargos Especiais	2.227.814.328,17	AM	2012
Outros	466.575.286,48	AM	2012
TODAS	5.022.306.774,14	BA	2007
Encargos Especiais	4.038.745.264,00	BA	2007
Outros	983.561.510,14	BA	2007
TODAS	6.592.373.241,45	BA	2008
Encargos Especiais	5.009.722.180,36	BA	2008
Outros	1.582.651.061,09	BA	2008
TODAS	6.815.898.316,52	BA	2009
Encargos Especiais	5.068.913.449,90	BA	2009
Outros	1.746.984.866,62	BA	2009
TODAS	7.354.832.327,79	BA	2010
Encargos Especiais	5.349.959.241,68	BA	2010
Outros	2.004.873.086,11	BA	2010
TODAS	8.410.062.758,99	BA	2011
Encargos Especiais	6.677.713.476,71	BA	2011
Outros	1.732.349.282,28	BA	2011

TODAS	8.598.991.267,74	BA	2012
Encargos Especiais	6.982.259.347,81	BA	2012
Outros	1.616.731.919,93	BA	2012
TODAS	3.339.225.739,97	CE	2007
Encargos Especiais	2.716.044.867,69	CE	2007
Outros	623.180.872,28	CE	2007
TODAS	3.920.292.818,56	CE	2008
Encargos Especiais	3.328.343.878,51	CE	2008
Outros	591.948.940,05	CE	2008
TODAS	4.153.096.255,29	CE	2009
Encargos Especiais	3.347.533.740,17	CE	2009
Outros	805.562.515,12	CE	2009
TODAS	4.741.344.863,11	CE	2010
Encargos Especiais	3.517.471.256,37	CE	2010
Outros	1.223.873.606,74	CE	2010
TODAS	5.353.640.153,34	CE	2011
Encargos Especiais	4.434.323.102,78	CE	2011
Outros	919.317.050,56	CE	2011
TODAS	5.210.400.793,98	CE	2012
Encargos Especiais	4.496.690.855,47	CE	2012
Outros	713.709.938,51	CE	2012
TODAS	1.562.110.443,66	ES	2007
Encargos Especiais	1.051.599.792,20	ES	2007
Outros	510.510.651,46	ES	2007
TODAS	2.080.964.005,52	ES	2008
Encargos Especiais	1.476.880.897,35	ES	2008
Outros	604.083.108,17	ES	2008
TODAS	1.885.208.745,69	ES	2009
Encargos Especiais	1.299.532.456,19	ES	2009
Outros	585.676.289,50	ES	2009
TODAS	2.154.062.656,94	ES	2010
Encargos Especiais	1.629.864.290,57	ES	2010
Outros	524.198.366,37	ES	2010
TODAS	2.837.378.537,33	ES	2011
Encargos Especiais	2.350.042.699,07	ES	2011
Outros	487.335.838,26	ES	2011
TODAS	3.345.690.252,38	ES	2012
Encargos Especiais	3.026.723.304,74	ES	2012
Outros	318.966.947,64	ES	2012
TODAS	1.590.469.544,13	GO	2007
Encargos Especiais	1.289.390.955,88	GO	2007
Outros	301.078.588,25	GO	2007
TODAS	2.121.302.920,90	GO	2008
Encargos Especiais	1.623.118.655,34	GO	2008
Outros	498.184.265,56	GO	2008
TODAS	2.097.512.365,96	GO	2009

Encargos Especiais	1.616.409.889,27	GO	2009
Outros	481.102.476,69	GO	2009
TODAS	2.097.710.565,09	GO	2010
Encargos Especiais	1.750.323.920,25	GO	2010
Outros	347.386.644,84	GO	2010
TODAS	2.425.168.230,67	GO	2011
Encargos Especiais	2.118.579.032,78	GO	2011
Outros	306.589.197,89	GO	2011
TODAS	2.349.442.867,40	GO	2012
Encargos Especiais	2.115.480.668,02	GO	2012
Outros	233.962.199,38	GO	2012
TODAS	908.420.183,33	DF	2007
Encargos Especiais	330.788.835,93	DF	2007
Outros	577.631.347,40	DF	2007
TODAS	1.199.551.911,24	DF	2008
Encargos Especiais	389.889.828,93	DF	2008
Outros	809.662.082,31	DF	2008
TODAS	1.302.507.522,96	DF	2009
Encargos Especiais	522.127.108,35	DF	2009
Outros	780.380.414,61	DF	2009
TODAS	1.220.519.258,66	DF	2010
Encargos Especiais	566.754.954,85	DF	2010
Outros	653.764.303,81	DF	2010
TODAS	1.260.038.178,23	DF	2011
Encargos Especiais	680.560.439,70	DF	2011
Outros	579.477.738,53	DF	2011
TODAS	1.150.249.054,93	DF	2012
Encargos Especiais	697.431.238,21	DF	2012
Outros	452.817.816,72	DF	2012
TODAS	2.971.839.399,35	MA	2007
Encargos Especiais	2.755.574.253,10	MA	2007
Outros	216.265.146,25	MA	2007
TODAS	3.732.092.555,99	MA	2008
Encargos Especiais	3.395.855.917,18	MA	2008
Outros	336.236.638,81	MA	2008
TODAS	3.886.199.629,81	MA	2009
Encargos Especiais	3.427.777.591,06	MA	2009
Outros	458.422.038,75	MA	2009
TODAS	3.983.212.797,82	MA	2010
Encargos Especiais	3.563.623.889,84	MA	2010
Outros	419.588.907,98	MA	2010
TODAS	4.899.188.475,22	MA	2011
Encargos Especiais	4.566.616.495,37	MA	2011
Outros	332.571.979,85	MA	2011
TODAS	5.029.370.495,14	MA	2012
Encargos Especiais	4.677.002.825,09	MA	2012

Outros	352.367.670,05	MA	2012
TODAS	1.381.027.484,30	MT	2007
Encargos Especiais	1.082.013.526,89	MT	2007
Outros	299.013.957,41	MT	2007
TODAS	1.824.413.425,29	MT	2008
Encargos Especiais	1.412.397.109,97	MT	2008
Outros	412.016.315,32	MT	2008
TODAS	1.931.023.395,92	MT	2009
Encargos Especiais	1.385.194.442,54	MT	2009
Outros	545.828.953,38	MT	2009
TODAS	2.035.958.709,94	MT	2010
Encargos Especiais	1.518.993.128,22	MT	2010
Outros	516.965.581,72	MT	2010
TODAS	2.213.239.223,70	MT	2011
Encargos Especiais	1.803.956.682,05	MT	2011
Outros	409.282.541,65	MT	2011
TODAS	2.178.344.806,52	MT	2012
Encargos Especiais	1.783.289.031,53	MT	2012
Outros	395.055.774,99	MT	2012
TODAS	831.096.473,07	MS	2007
Encargos Especiais	610.422.715,53	MS	2007
Outros	220.673.757,54	MS	2007
TODAS	1.075.124.570,60	MS	2008
Encargos Especiais	746.109.977,01	MS	2008
Outros	329.014.593,59	MS	2008
TODAS	1.154.184.952,14	MS	2009
Encargos Especiais	729.503.615,05	MS	2009
Outros	424.681.337,09	MS	2009
TODAS	1.271.396.143,84	MS	2010
Encargos Especiais	802.920.918,22	MS	2010
Outros	468.475.225,62	MS	2010
TODAS	1.438.105.890,57	MS	2011
Encargos Especiais	988.532.886,69	MS	2011
Outros	449.573.003,88	MS	2011
TODAS	1.317.853.608,50	MS	2012
Encargos Especiais	1.003.366.727,80	MS	2012
Outros	314.486.880,70	MS	2012
TODAS	4.423.647.202,69	MG	2007
Encargos Especiais	2.951.600.750,49	MG	2007
Outros	1.472.046.452,20	MG	2007
TODAS	5.517.572.759,52	MG	2008
Encargos Especiais	3.765.519.220,37	MG	2008
Outros	1.752.053.539,15	MG	2008
TODAS	5.755.404.912,37	MG	2009
Encargos Especiais	3.815.530.147,96	MG	2009
Outros	1.939.874.764,41	MG	2009



TODAS	6.026.120.391,61	MG	2010
Encargos Especiais	4.208.104.999,56	MG	2010
Outros	1.818.015.392,05	MG	2010
TODAS	7.030.942.842,96	MG	2011
Encargos Especiais	5.075.862.835,15	MG	2011
Outros	1.955.080.007,81	MG	2011
TODAS	6.734.268.224,37	MG	2012
Encargos Especiais	5.366.236.893,73	MG	2012
Outros	1.368.031.330,64	MG	2012
TODAS	2.996.027.653,26	PA	2007
Encargos Especiais	2.672.094.067,35	PA	2007
Outros	323.933.585,91	PA	2007
TODAS	3.871.533.560,65	PA	2008
Encargos Especiais	3.340.923.781,79	PA	2008
Outros	530.609.778,86	PA	2008
TODAS	4.000.813.722,10	PA	2009
Encargos Especiais	3.354.906.311,89	PA	2009
Saúde	645.907.410,21	PA	2009
TODAS	4.233.733.472,86	PA	2010
Encargos Especiais	3.546.314.623,68	PA	2010
Outros	687.418.849,18	PA	2010
TODAS	5.384.260.118,57	PA	2011
Encargos Especiais	5.005.148.238,14	PA	2011
Outros	379.111.880,43	PA	2011
TODAS	5.170.303.053,81	PA	2012
Encargos Especiais	4.787.054.593,53	PA	2012
Outros	383.248.460,28	PA	2012
TODAS	2.068.792.679,98	PB	2007
Encargos Especiais	1.808.178.272,10	PB	2007
Outros	260.614.407,88	PB	2007
TODAS	2.566.299.907,57	PB	2008
Encargos Especiais	2.197.529.299,14	PB	2008
Outros	368.770.608,43	PB	2008
TODAS	2.622.728.811,87	PB	2009
Encargos Especiais	2.216.091.418,48	PB	2009
Outros	406.637.393,39	PB	2009
TODAS	2.667.657.833,42	PB	2010
Encargos Especiais	2.303.260.048,49	PB	2010
Outros	364.397.784,93	PB	2010
TODAS	3.099.382.005,84	PB	2011
Encargos Especiais	2.887.137.804,95	PB	2011
Outros	212.244.200,89	PB	2011
TODAS	3.258.173.440,83	PB	2012
Encargos Especiais	2.934.191.848,17	PB	2012
Outros	323.981.592,66	PB	2012
TODAS	3.596.841.401,42	PE	2007



Encargos Especiais	2.619.649.538,58	PE	2007
Outros	977.191.862,84	PE	2007
TODAS	4.749.977.984,35	PE	2008
Encargos Especiais	3.268.551.554,07	PE	2008
Outros	1.481.426.430,28	PE	2008
TODAS	4.981.876.904,11	PE	2009
Encargos Especiais	3.406.180.697,38	PE	2009
Outros	1.575.696.206,73	PE	2009
TODAS	5.773.740.326,97	PE	2010
Encargos Especiais	3.505.850.045,83	PE	2010
Outros	2.267.890.281,14	PE	2010
TODAS	5.948.840.472,33	PE	2011
Encargos Especiais	4.393.065.228,30	PE	2011
Outros	1.555.775.244,03	PE	2011
TODAS	5.996.931.066,92	PE	2012
Encargos Especiais	4.466.762.543,46	PE	2012
Outros	1.530.168.523,46	PE	2012
TODAS	1.989.580.974,46	PI	2007
Encargos Especiais	1.592.921.705,02	PI	2007
Outros	396.659.269,44	PI	2007
TODAS	2.463.025.050,16	PI	2008
Encargos Especiais	1.934.000.284,14	PI	2008
Outros	529.024.766,02	PI	2008
TODAS	2.536.441.134,83	PI	2009
Encargos Especiais	1.980.301.155,02	PI	2009
Outros	556.139.979,81	PI	2009
TODAS	2.655.709.897,19	PI	2010
Encargos Especiais	2.073.181.622,57	PI	2010
Outros	582.528.274,62	PI	2010
TODAS	2.942.762.784,67	PI	2011
Encargos Especiais	2.590.573.260,44	PI	2011
Outros	352.189.524,23	PI	2011
TODAS	3.130.427.976,80	PI	2012
Encargos Especiais	2.646.251.087,56	PI	2012
Outros	484.176.889,24	PI	2012
TODAS	2.127.420.641,34	RN	2007
Encargos Especiais	1.755.133.253,94	RN	2007
Outros	372.287.387,40	RN	2007
TODAS	2.597.424.544,84	RN	2008
Encargos Especiais	2.148.627.252,44	RN	2008
Outros	448.797.292,40	RN	2008
TODAS	2.558.804.286,38	RN	2009
Encargos Especiais	2.007.745.314,78	RN	2009
Outros	551.058.971,60	RN	2009
TODAS	2.755.616.726,67	RN	2010
Encargos Especiais	2.149.587.661,44	RN	2010

Outros	606.029.065,23	RN	2010
TODAS	3.017.708.301,15	RN	2011
Encargos Especiais	2.661.376.229,79	RN	2011
Outros	356.332.071,36	RN	2011
TODAS	3.084.581.343,74	RN	2012
Encargos Especiais	2.768.889.182,56	RN	2012
Outros	315.692.161,18	RN	2012
TODAS	1.232.425.951,68	RO	2007
Encargos Especiais	1.073.116.401,41	RO	2007
Outros	159.309.550,27	RO	2007
TODAS	1.512.922.979,82	RO	2008
Encargos Especiais	1.304.970.845,13	RO	2008
Outros	207.952.134,69	RO	2008
TODAS	1.478.940.727,96	RO	2009
Encargos Especiais	1.281.349.148,02	RO	2009
Outros	197.591.579,94	RO	2009
TODAS	1.562.685.396,84	RO	2010
Encargos Especiais	1.363.893.224,04	RO	2010
Outros	198.792.172,80	RO	2010
TODAS	1.879.078.826,18	RO	2011
Encargos Especiais	1.714.467.716,76	RO	2011
Saúde	164.611.109,42	RO	2011
TODAS	1.858.354.386,23	RO	2012
Encargos Especiais	1.735.799.694,19	RO	2012
Outros	122.554.692,04	RO	2012
TODAS	1.063.627.929,94	RR	2007
Encargos Especiais	964.025.571,55	RR	2007
Outros	99.602.358,39	RR	2007
TODAS	1.365.391.137,65	RR	2008
Encargos Especiais	1.151.126.659,66	RR	2008
Outros	214.264.477,99	RR	2008
TODAS	1.251.793.800,98	RR	2009
Encargos Especiais	1.117.748.137,48	RR	2009
Outros	134.045.663,50	RR	2009
TODAS	1.393.219.409,39	RR	2010
Encargos Especiais	1.172.340.511,43	RR	2010
Outros	220.878.897,96	RR	2010
TODAS	1.744.047.167,71	RR	2011
Encargos Especiais	1.442.000.085,71	RR	2011
Outros	302.047.082,00	RR	2011
TODAS	1.804.888.734,37	RR	2012
Encargos Especiais	1.473.409.001,64	RR	2012
Outros	331.479.732,73	RR	2012
TODAS	1.851.762.527,68	SE	2007
Encargos Especiais	1.604.920.077,66	SE	2007
Outros	246.842.450,02	SE	2007

TODAS	2.315.806.287,49	SE	2008
Encargos Especiais	1.993.242.882,53	SE	2008
Outros	322.563.404,96	SE	2008
TODAS	2.206.400.556,47	SE	2009
Encargos Especiais	1.881.949.394,33	SE	2009
Outros	324.451.162,14	SE	2009
TODAS	2.429.258.504,79	SE	2010
Encargos Especiais	2.018.811.894,75	SE	2010
Outros	410.446.610,04	SE	2010
TODAS	2.804.795.664,44	SE	2011
Encargos Especiais	2.484.323.971,41	SE	2011
Outros	320.471.693,03	SE	2011
TODAS	2.866.852.433,94	SE	2012
Encargos Especiais	2.580.018.361,25	SE	2012
Saúde	286.834.072,69	SE	2012
TODAS	2.074.877.498,94	TO	2007
Encargos Especiais	1.645.966.722,16	TO	2007
Outros	428.910.776,78	TO	2007
TODAS	2.622.609.217,96	TO	2008
Encargos Especiais	2.049.559.309,87	TO	2008
Outros	573.049.908,09	TO	2008
TODAS	2.403.428.546,39	TO	2009
Encargos Especiais	1.948.246.084,19	TO	2009
Outros	455.182.462,20	TO	2009
TODAS	2.457.983.053,96	TO	2010
Encargos Especiais	2.076.004.641,35	TO	2010
Outros	381.978.412,61	TO	2010
TODAS	2.809.538.092,99	TO	2011
Encargos Especiais	2.560.320.937,26	TO	2011
Outros	249.217.155,73	TO	2011
TODAS	2.880.811.541,32	TO	2012
Encargos Especiais	2.623.226.067,49	TO	2012
Outros	257.585.473,83	TO	2012

Fonte: Portal da Transparência, 2013.

## REFERÊNCIAS

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 723-15, set/out 2002.

ARAÚJO, Lucas de; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2011. Disponível em: < <http://revistas.facecla.com.br/index.php/reinfo/article/view/880/pdf>>. Acesso em: 27 maio 2013.

BRASIL. Decreto 5.482 de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm)>. Acesso em: 19 nov 2012.

\_\_\_\_\_. Lei 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 maio 1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 25 nov 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 25 nov 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 maio 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 25 nov 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out 1988. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 nov 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas**: manual de procedimentos. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007. 233 p. Disponível em: < [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual\\_Procedimentos\\_RecPublicas.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf)>. Acesso em: 12 dez 2012.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Contabilidade pública no Governo Federal**: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. São Paulo: Atlas, 2004.

CRANTSCHANINOV *et al.* **Governança, acesso à informação e conselhos de políticas públicas**. Rev Gestão & Pol Públicas p. 73-91, 2011. Disponível em: < <http://www.each.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/viewFile/4/6>>. Acesso em 23 abr 2013.

#### **CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO**

<<http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/TransparenciaPublica/index.asp>>  
Acesso em: 29 set 2012.

GRACILIANO, Erivelton Araújo, *et al.* *Accountability* na Administração Pública Federal: Contribuição das Auditorias Operacionais do TCU. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 43 - 51, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org>.

br/documentos/ver/118/accountability-na-administracao-publica-federal--->. Acesso em: 22 maio 2013.

KOHOMA, Heílio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**MANUAL de Gestão de Recursos Federais.** Controladoria Geral da União - CGU, Brasília, 2005. Disponível em: < <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualGestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf>> Acesso em: 10 jun 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**, 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao Setor Público.** 1. ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2009.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo, DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar Nº 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** 2. ed. Brasília: 2001. Disponível em: < <http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>> Acesso em: 22 jun 2013.

#### **PLANEJAMENTO GOVERNO DE MINAS GERAIS**

<<http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/orcamento-do-estado-de-minas-gerais>> Acesso em 23 fev 2013.

PLATT NETO et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>> Acesso em: 14 set 2012.

PRADO, Otavio; PÓ, Marcos Vinicius; Limites e possibilidades do governo eletrônico na *accountability*: uma exploração de portais governamentais frente às teorias da democracia. In: **34º Encontro Anual da ANPOCS - ST02: Ciberpolítica, Ciberativismo E Cibercultura**, 2010, Caxambu, MG. Disponível em: < [http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios\\_tematicos/ST02/OtPrado.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios_tematicos/ST02/OtPrado.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2013.

QUINTANA, Alexandre Costa *et al.* **Contabilidade pública**: De Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011

SILVA, Vanessa Barbosa e. **Ciclos orçamentários dos últimos 20 anos na gestão pública paranaense nos anos eleitorais**. 2011. 58 f Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Especialização em Controladoria.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

#### **TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

<[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca\\_tcu/historia](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca_tcu/historia)>  
Acesso: em 13 maio 2013.

XAVIER, Manoel Quaresma. **A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO DE UMA ENTIDADE PÚBLICA**: Um Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Maringá-Pr. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.